

## CONDIÇÕES GERAIS DE UTILIZAÇÃO DOS CARTÕES DE CRÉDITO PESSOAS COLECTIVAS E ENTIDADES EQUIPARADAS

### Cláusula 1ª – Âmbito

1. As presentes Condições Gerais regulam a utilização dos cartões Business do Banco Caixa Geral Angola, adiante designado por Caixa Angola, sem prejuízo das disposições legais aplicáveis e daquilo que for especialmente convencionado pelas Partes relativamente a determinado cartão (Condições Especiais) ou atendendo a situação individual do Titular (Condições Particulares).

### Cláusula 2ª – Conceitos Gerais

1. O cartão é emitido pelo Banco Caixa Geral Angola em nome da Pessoa Colectiva ou Entidade Equiparada, adiante designada “Titular”, que se responsabiliza pela sua utilização e encargos daí decorrentes.
2. O cartão constitui um meio internacional de pagamento válido no âmbito do Sistema VISA, permitindo ao Titular a aquisição de bens e serviços em qualquer estabelecimento aderente àquele Sistema e, bem assim, o adiantamento de dinheiro (*cash advance*) tanto aos balcões dos bancos como nos caixas automáticas (CA) aderentes ao mesmo Sistema, beneficiando, num outro caso, do crédito concedido nos termos destas Condições Gerais.
3. Poderão ser estabelecidos, por razões legais, de segurança ou operacionais, limites financeiros à utilização do cartão, nomeadamente no que respeita a operações realizadas no estrangeiro.
4. O cartão é propriedade do Caixa Angola, assistindo-lhe o direito de exigir a sua restituição e de o reter, designadamente através de uma máquina automática ou de um caixa automático, sempre que se verifique a sua indevida ou inadequada utilização, por razões de segurança e ainda nos demais casos previstos nas presentes Condições Gerais e na lei.
5. O cartão é pessoal e intransmissível.
6. O Titular compromete-se a assinar o cartão, devendo fazê-lo imediatamente após a sua recepção.
7. É da exclusiva competência do Caixa Angola a decisão quanto à atribuição de cartão.
8. O cartão encontra-se vinculado à conta de depósito à ordem indicada na proposta de adesão pelo potencial candidato, a qual poderá, porém, ser alterada pelo Titular, mediante prévia comunicação ao Caixa Angola, passando a nova conta a substituir, para todos os efeitos contratuais, a anterior.
9. O Titular obriga-se a comunicar ao Caixa Angola quaisquer circunstâncias que modifiquem a sua situação pessoal e/ou patrimonial afectando a sua capacidade de cumprimento do presente contrato.
10. O contrato rege-se pelas presentes Condições Gerais de Utilização, pelas Condições Particulares especialmente acordadas em cada caso e, bem assim, pelo direito angolano aplicável.
11. O contrato de emissão de cartão de crédito não deve admitir a ultrapassagem do limite de crédito acordado entre o Caixa Angola e o Titular.
12. Nos casos em que é o Cliente aceita a emissão do cartão de crédito e a constituição de depósito colateral para a cobertura do risco de pagamento de valores utilizados, o valor do colateral não pode ser superior ao valor do limite atribuído.
13. Os depósitos colaterais referidos no ponto anterior, serem constituídos no DP Cartão de Crédito, remunerados à taxas de juros passivas definidas para o produto.

### Cláusula 3ª – Validade

1. O direito de utilização do cartão caduca em uma das seguintes circunstâncias: (i) no último dia do período de validade; (ii) encerramento da actividade ou falência da empresa, devendo no caso, o cartão ser imediatamente restituído ao Caixa Angola.

2. O cartão terá o prazo de validade nele inscrito (em regra de quatro [4] anos), não podendo ser utilizado após o último dia do mês nele mencionado.
3. O cartão será automaticamente renovado antes da expiração do respectivo prazo de validade, excepto se qualquer uma das Partes denunciar o contrato nos termos da cláusula 28ª.
4. Uma vez ocorrida a renovação automática do cartão, caso o Titular não tenha interesse na manutenção da relação com o Banco, poderá recusar a recepção do cartão ou uma vez recebido, terá um período de 30 (trinta) dias após a data da recepção para efectuar a devolução do cartão sendo ressarcido dos custos resultantes do processo de renovação.
3. O cartão poderá não ser automaticamente renovado enquanto subsistirem as seguintes situações:
  - a) Pagamentos em atraso;
  - b) Limite de crédito excedido;
  - c) Utilização abusiva do cartão.
4. O Caixa Angola poderá proceder, em qualquer momento, à substituição do cartão, nomeadamente, por motivos de não funcionamento ou deterioração do cartão, por pedido expresso do respectivo Titular, e bem assim por questões de segurança.

### Cláusula 4ª – Representação do Titular

1. Para efeitos do presente contrato, as pessoas colectivas e entidades equiparadas são representantes nas suas relações com o Caixa Angola pelas pessoas singulares que, nos termos da lei, dos estatutos, do pacto social ou de deliberação tomada pelos seus órgãos, tenham poderes para o efeito quer essas pessoas estejam integradas nas respectivas estruturas orgânicas, quer sejam terceiros a quem a pessoa colectiva ou a entidade equiparada tenha conferido procuração.
2. Exceptuam-se do disposto no número anterior as entidades equiparadas a pessoa colectiva que tenham por substrato uma pessoa singular (por exemplo, estabelecimentos individuais de responsabilidade limitada, empresários em nome individual), a qual será, nesse caso, Titular do cartão, podendo conceder a terceiro poderes representativos mediante procuração.

### Cláusula 5ª – Responsabilidade

1. Pelas dívidas e encargos emergentes da utilização do cartão respondem solidariamente o respectivo Titular e o utilizador, sempre que os referidos valores serem prioritariamente debitados na conta de depósito à ordem à qual o cartão está associado.
2. No caso de falta ou insuficiência de provisão da conta de depósito à ordem à qual o cartão está associado para realizar o débito dos valores referidos no número anterior, o Titular e o utilizador autorizam desde já o Caixa Angola a debitar os referidos valores em qualquer conta de depósito à ordem de que sejam únicos Titulares ou co-Titulares solidários no Caixa Angola.
3. As operações de pagamento ordenadas através do cartão consideram-se juridicamente imputadas ao Titular, de acordo com as regras próprias de representação.

### Cláusula 6ª – Direito de Livre Revogação

1. O Titular dispõe de um prazo de 14 dias para exercer o direito de revogação do contrato de utilização do cartão, sem necessidade de indicar qualquer motivo.
2. O prazo referido no número anterior para o exercício do direito de revogação começa a correr a partir da data da aceitação pelo Caixa Angola do pedido de adesão ao cartão subscrito pelo Titular.
3. Para que a revogação produza efeitos, o Titular deve dirigir declaração ao Caixa Angola, no prazo referido no número 1 da presente cláusula,

em papel ou noutro suporte duradouro à disposição do Caixa Angola e ao qual este possa aceder.

- Exercido o direito de revogação pelo Titular, este deve pagar ao credor, sem atrasos indevidos, e em prazo não superior a 30 dias após a expedição da comunicação referida no número anterior, o capital e juros vencidos desde a data de utilização do crédito e até à data de pagamento do capital, caso o cartão tenha sido utilizado.

#### **Cláusula 7ª – Utilização**

- O cartão confere ao Titular a faculdade de realizar as operações referidas no número 2 da cláusula 1ª e, bem assim, de beneficiar de um conjunto de serviços associados, cujas características serão comunicadas ao Titular no acto do pedido de emissão do cartão ou no acto de entrega do cartão.
- Para adquirir bens ou serviços ou para efectuar a operação de adiantamento de dinheiro (cash advance), o Titular deverá, em regra:
  - Apresentar o cartão e identificar-se documentalmente, se tal lhe for solicitado;
  - Conferir e assinar, de acordo com a assinatura aposta no cartão, a factura de venda ou o documento comprovativo do adiantamento, guardando uma cópia;
  - No caso de estabelecimento dotado de terminal de pagamento automático, realizar as operações que lhe forem solicitadas, com eventual digitação do PIN (Código Pessoal Secreto).
- Se a operação de adiantamento (cash advance) for efectuada através de um caixa automático, o Titular deverá digitar o PIN e observar as demais instruções que lhe forem dadas pelo equipamento.
- O cartão poderá ser utilizado, sem a respectiva apresentação, para aquisição de bens ou serviços nos seguintes casos:
  - Através de ordens de pagamento escritas e assinadas pelo Titular, com indicação do prazo de validade do cartão, bem como do código de segurança que consta no verso do cartão (os três últimos dígitos no painel de assinatura);
  - Através do telefone ou de correio normal ou electrónico, devendo o Titular comunicar o seu nome, o número de cartão e o código de segurança que consta no verso do cartão (os três últimos dígitos no painel de assinatura);
  - Em ambientes abertos (internet, wap, televisão interactiva e outros), sendo os dados da transacção inscritos em formulários directamente na página do vendedor.
- O Caixa Angola pode, por motivos de segurança, inviabilizar parcial ou totalmente a utilização do cartão nos casos referidos no número anterior.
- A assinatura do Titular aposta na ordem de pagamento, na factura de venda ou no documento comprovativo do adiantamento constitui prova de que o Titular utilizou o cartão, sendo devedor ao Caixa Angola do crédito utilizado, nos termos das presentes Condições Gerais.

#### **Cláusula 8ª – Funcionamento**

- O Caixa Angola, sem prejuízo de adoptar as medidas que entender convenientes, não pode, em circunstância alguma, ser responsabilizado pela não aceitação do cartão nem pelas deficiências de atendimento ou má qualidade de serviços obtidos por seu intermédio.
- O Caixa Angola é completamente alheio ao contrato celebrado entre o comerciante e o Titular, subjacente à transferência realizada por meio do cartão, não podendo, consequentemente, ser responsabilizado, por qualquer forma, pelo incumprimento do contrato pelo comerciante.
- O Caixa Angola não assume qualquer compromisso no que respeita ao funcionamento permanente dos equipamentos referidos no número 2 da cláusula 1ª, não podendo, por isso, ser responsabilizado por eventual indisponibilidade dos mesmos.

#### **Cláusula 9ª – Autorização das Operações**

- Ao Titular do cartão será atribuído um Código Pessoal Secreto (PIN), o qual constitui o meio de identificação do mesmo Titular nas diversas

utilizações previstas no número 2 da cláusula 1ª do presente contrato.

- As operações realizadas através da utilização de cartão e em que tenha sido introduzido o PIN a que se refere o número anterior consideram-se autorizadas pelo Titular, salvo se este tiver previamente comunicado, nos termos do n.º 1 da cláusula 11ª, a perda, o extravio ou o roubo do cartão.
- O Titular poderá ainda utilizar o cartão sem introdução do PIN nas operações designadas de “baixo valor” (v.g., Portagens, Cabinas Telefónicas) e nos casos de utilização da tecnologia “contactless” (utilização do cartão sem digitação do PIN), considerando-se nesse caso autorizadas as operações realizadas com a utilização do cartão, salvo se o Titular tiver previamente comunicado, nos termos do n.º 1 da cláusula 11ª do presente contrato, a perda, o extravio ou o roubo do cartão.

#### **Cláusula 10ª – Segurança do Cartão e do PIN**

- O PIN é pessoal e intransmissível, devendo apenas ser do exclusivo conhecimento do Titular.
- O Titular obriga-se a garantir a segurança do cartão e do PIN, bem como a sua utilização rigorosamente pessoal e directa, designadamente:
  - Não entregando nem permitindo a sua utilização por terceiro, ainda que seu procurador ou mandatário;
  - Não revelando o seu PIN nem, por qualquer forma, o tornando acessível ao conhecimento de terceiro;
  - Memorizando o PIN e abstendo-se de o registar, quer directamente, quer por qualquer outra forma ou meio que seja inteligível ou de algum modo acessível a terceiro, e especialmente, no próprio cartão ou em algo que habitualmente guardeou transportar juntamente com este.

#### **Cláusula 11ª – Utilização Não Autorizada**

- O Titular obriga-se a comunicar imediatamente ao Caixa Angola, sem atrasos injustificados, e logo que deles tenha conhecimento, a perda, furto, roubo, falsificação, apropriação abusiva ou qualquer utilização não autorizada do cartão.
- O Titular deve certificar-se periodicamente que o cartão continua na sua posse, de modo a poder aperceber-se, o mais cedo possível, das ocorrências a que se refere o número anterior.
- A comunicação das ocorrências mencionadas no número 1 da presente cláusula, verificadas, quer em Angola, quer no estrangeiro, deverá ser de imediato dirigida ao Caixa Angola (telefone + 244 923 120 255 ou +244 226 424 424) ou à EMIS (tele-fone +244 222 641 840 ou +244 923 168 840), a funcionar 24h por dia.
- Se o facto ocorrer no estrangeiro, poderá, também, ser notificada a VISA INTERNACIONAL, cujos números de telefone são comunicados ao Titular aquando da entrega do cartão.
- A comunicação referida no número anterior poderá ser realizada, em alternativa em qualquer uma das Agências do Caixa Angola, durante as horas de expediente. A comunicação deverá ser sempre confirmada, por escrito, nas 48 horas seguintes, em qualquer Agência do Caixa Angola.
- O Titular deverá também participar às autoridades policiais ou judiciais locais as ocorrências referidas no número 1 da presente cláusula, devendo apresentar cópia ou certidão do respectivo auto ao Caixa Angola.

#### **Cláusula 12ª – Limites de Responsabilidade**

- No caso de perdas resultantes de operações de pagamento não autorizadas realizadas antes da comunicação referida no número 1 da cláusula anterior, o Titular suportará:
  - O menor dos seguintes valores à data da primeira operação considerada irregular: (1) ao valor do saldo disponível face ao limite de crédito que seja do conhecimento do Titular; e (2) o valor máximo definido legalmente; salvo se estiver em causa dolo ou negligência grosseira do Titular.
  - As perdas na totalidade, se as mesmas forem devidas a actuação fraudulenta ou ao incumprimento deliberado das obrigações

emergentes das presentes Condições Gerais.

- Após a recepção da comunicação referida no número 1 da cláusula anterior, o Caixa Angola diligenciará no sentido de impedir a movimentação da conta por intermédio do cartão, assumindo a responsabilidade pelas utilizações do mesmo verificadas após aquela comunicação, salvo em caso de actuação fraudulenta.
- Se se tratar, porém, de utilização não electrónica do cartão, a responsabilidade do Titular manter-se-á, nos termos indicados no número 1, até 24 horas após a recepção da referida comunicação.
- Se se concluir que o Caixa Angola é responsável pelas perdas de operações não autorizadas, o Caixa Angola reembolsará ao Titular do montante da operação não autorizada e, se for caso disso, reporá a conta debitada na situação em que estaria se a operação não autorizada não tivesse sido executada.
- O aceitante não pode ser responsabilizado pela realização de transacções fraudulentas, desde que tenha cumprido as regras de aceitação de cartões que lhe foram atempadamente comunicadas pelo adquirente.

#### Cláusula 13ª – Bloqueio do Cartão

- O Caixa Angola reserva-se o direito de bloquear a utilização do cartão por motivos que se relacionem com:
  - A segurança do cartão;
  - A suspeita de utilização não autorizada ou fraudulenta do cartão;
  - O aumento significativo do risco do Titular não poder cumprir as suas responsabilidades de pagamento.
- No caso referido no número anterior, o Caixa Angola informará o Titular, do bloqueio da utilização do cartão e da respectiva justificação, se possível antes de bloquear o cartão ou, o mais tardar, imediatamente após o bloqueio, salvo se tal informação não puder ser prestada por razões de segurança objectivamente fundamentadas ou se for proibida por outras disposições legais aplicáveis.
- Logo que deixem de se verificar os motivos que levaram ao bloqueio, o Caixa Angola desbloqueará a utilização do cartão ou substituirá o mesmo por um novo cartão.

#### Cláusula 14ª – Limite de Crédito

- O Caixa Angola fixará um limite de crédito que será comunicado confidencialmente ao Titular, podendo esse limite ser alterado pelo Caixa Angola, por sua iniciativa, ou a solicitação do Titular.
- Entende-se por limite de crédito o valor máximo que o Titular poderá ficar a dever ao Caixa Angola, pela aquisição de bens ou serviços ou pelo adiantamento de dinheiro (cash advance), sendo o crédito disponível, em cada momento, igual à diferença entre aquele limite e o saldo devedor da conta cartão, acrescido do valor e dos encargos relativos a operações já realizadas, mas ainda não lançadas em conta.

#### Cláusula 15ª – Conta Cartão

- As quantias devidas pelo Titular, resultantes de operações efectuadas com o cartão, serão lançadas numa conta cartão, da qual será mensalmente emitido um extracto, discriminando as operações efectuadas e os valores em dívida.
- O extracto da conta cartão ficará à disposição do Titular em qualquer Agência do Caixa Angola ou através do serviço de internet banking, considerando-se a dívida por ele reconhecida se não for recebida pelo Caixa Angola qualquer reclamação, por escrito, no prazo de dez dias seguidos contados da data de emissão do extracto.
- Serão igualmente lançadas na conta cartão as anuidades/mensalidades, despesas de expediente, taxas, impostos, juros e comissões relacionadas com a utilização do cartão.
- As operações de adiantamento de dinheiro (cash advance) não poderão exceder os limites fixados pelo Caixa Angola, e que este comunicará ao Titular.

#### Cláusula 16ª – Condições Particulares

CARTÃO	CAIXA ANGOLA BUSINESS CLASSIC	CAIXA ANGOLA BUSINESS GOLD
Redes internacionais	Visa	Visa
Anuidade	Kz 16 000	Kz 26 000
Taxas de Juro <sup>(1)</sup>	TAN - 27% TAEG - 36,74%	TAN - 25% TAEG - 30,53%

NOTA<sup>1</sup>: TAEG (Aviso nº 10/2012 de 02.04) do cartão Caixa Angola Business Classic, considerando um montante de Kz 400.000 e 25 dias de crédito gratuito e do cartão Caixa Angola Business Gold, considerando um montante de Kz 1.000.000 e 25 dias de crédito gratuito.

#### Cláusula 17ª – Comissões

TIPO DE COMISSÃO	CAIXA ANGOLA BUSINESS CLASSIC	CAIXA ANGOLA BUSINESS GOLD
Levantamentos a crédito (cash advance) em ATM e POS: - Angola - Estrangeiro	6% + Kz 400 7,50%	6% + Kz 400 7,50%
Compras - Angola - Estrangeiro	1% 3%	
Substituição de cartão: - Perda, roubo, extravio - Cartão danificado por motivo imputável ao cliente - Cartão danificado por motivo não imputável ao cliente	Kz 14 000 Kz 14 000 Gratuito	Kz 14 000 Kz 14 000 Gratuito
Inibição do cartão por roubo ou extravio (lista negra):	Kz 7 000	Kz 7 000
2ª Via do extracto	Kz 3 500	Kz 3 500
Fotocópia Talão	Kz 3 500	Kz 3 500
Atraso de pagamento	Kz 15 000	Kz 15 000
<b>SERVIÇO DE ASSISTÊNCIA GLOBAL DA VISA (Estrangeiro)</b> - Substituição de emergência do cartão (a) - Levantamento (cash advance) de emergência (a) - Entrega do Cartão no Estrangeiro	USD 225 USD 175 Kz 40 000	USD 250 USD 175 Kz 40 000

- O pedido de substituição de cartão ou de cash advance de emergência recusado, executado pelo Caixa Angola ou cancelado tem um custo em Kz equivalente a USD 50,00.

#### Cláusula 18ª – Pagamento do Saldo Devedor

- O saldo devedor da conta cartão será pago na data limite indicada no

respectivo extracto, de acordo com a modalidade de pagamento (percentagem de pagamento) escolhida pelo Titular ao subscrever a proposta de adesão ao cartão, por débito directo na conta de depósito à ordem indicada pelo Titular na proposta de adesão para o efeito, continuando o remanescente em dívida, caso o pagamento do saldo em dívida não tenha sido efectuado pela totalidade, a vencer juros.

2. O Titular deverá aprovisionar a conta de depósito à ordem escolhida para efectuar o pagamento do cartão de crédito, de modo a permitir que o Caixa Angola proceda na referida data ao competente débito.
3. Sem prejuízo da constituição do Titular em mora, o Caixa Angola fica desde já autorizado a debitar a quantia em dívida em qualquer outra conta de depósito de que aquele seja Titular.
4. Os pagamentos parciais do saldo devedor da conta cartão serão imputados nas diversas dívidas que o compõem de acordo com as seguintes prioridades: taxas (excepto taxas de transacções), juros vencidos, crédito vencido, juros calculados à data do extracto e incluídos no montante do valor obrigatório, pagamento mínimo, valores de crédito vencidos de extractos anteriores, valores de crédito vencidos do extracto actual.
5. No caso do Titular não efectuar o pagamento mínimo obrigatório dentro do prazo indicado no extracto da conta cartão, o Caixa Angola reserva-se o direito de cobrar um encargo adicional em conformidade com o preçário, bem como a debitar os encargos de cobrança.

#### **Cláusula 19ª – Juros Remuneratórios**

1. Sobre as quantias correspondentes às operações de aquisição de bens ou serviços, bem como sobre as quantias utilizadas pelo Titular em virtude da operação de adiantamento de dinheiro (cash advance), serão devidos juros a partir da data de emissão do extracto que as inclua, caso as mesmas não sejam liquidadas até à data de pagamento definida no extracto.
2. As taxas de juro aplicáveis serão as que constarem do preçário em vigor na data de emissão do extracto. Aos juros acrescerão eventuais impostos e outros encargos legalmente devidos.
3. Os juros remuneratórios poderão ser capitalizados, por decisão unilateral do Caixa Angola, nos termos permitidos pela lei.

#### **Cláusula 20ª – Mora**

1. Constituinte-se o Titular em mora, a taxa dos juros remuneratórios contratualmente devidos será agravada com uma sobretaxa de 3% ao ano.
2. Os juros moratórios poderão ser capitalizados, por decisão unilateral do Caixa Angola, nos termos permitidos pela lei.

#### **Cláusula 21ª – Operações no Estrangeiro**

1. O Caixa Angola, sem prejuízo de adoptar as medidas que entender convenientes, não será responsável pela recusa de aceitação do cartão no estrangeiro.
2. A utilização do cartão em determinadas redes de terminais de pagamento automático no estrangeiro, poderá efectuar-se, eventualmente, sem digitação do PIN, obrigando em sua substituição à assinatura presencial no terminal ou do recibo impresso pelo terminal.
3. O valor das operações denominadas em moeda estrangeira será debitado em kwanzas pelo contravalor que resultar da aplicação da taxa de câmbio praticada pelo Caixa Angola, à data da liquidação das mesmas. O Caixa Angola disponibilizará nas suas Agências e no seu sítio de internet [www.caixaangola.ao](http://www.caixaangola.ao) as taxas utilizadas.
4. Sobre as operações efectuadas no estrangeiro incidirão comissões nos termos previstos no preçário, às quais acrescerão o imposto do selo que for legalmente devido.

#### **Cláusula 22ª – Anuidade/Mensalidade e Outros Encargos**

1. Por cada cartão, e dependendo do seu tipo, será cobrada uma anuidade, nos termos previsto na cláusula 16ª.
2. No caso de ser devido o pagamento de anuidade, a mesma será

debitada no mês que corresponda, em cada ano civil, ao da aceitação da proposta de adesão pelo Caixa Angola.

3. No caso de ser devido o pagamento de mensalidade, a mesma poderá ser variável em função das opções efectuadas pelo Titular no momento da adesão ao cartão.
4. Pela utilização do cartão serão ainda cobradas as comissões previstas no preçário.
5. As despesas a que houver lugar, incluindo as despesas de colocação do cartão em lista negra (operação que visa tornar efectiva a impossibilidade do cartão ser utilizado por terceiros, designadamente em caso de perda, furto ou roubo do cartão), as despesas dos pedidos de esclarecimento sobre movimentos extractados, as despesas dos pedidos de captura do cartão por motivos imputáveis ao Titular, bem como as despesas resultantes da substituição daquele, serão da responsabilidade do Titular.

#### **Cláusula 23ª – Recomendações de Segurança**

1. O Titular deverá respeitar as recomendações de segurança de utilização dos cartões que, em cada momento, lhe for divulgado pelo Caixa Angola.
2. Pelo presente contrato o Titular deverá assumir os riscos, caso não cumpram com as recomendações de segurança, conforme referido nas alíneas a), b) e c), do número 2, da cláusula 10ª, referente ao uso do cartão e do PIN.
3. Em caso de extravio, deve comunicar imediatamente ao Caixa Angola, nos termos previsto no n.º 1 da cláusula 11ª, destas condições Gerais de Utilização do Cartão.

#### **Cláusula 24ª – Preçário**

1. Pelos serviços prestados pelo Caixa Angola no âmbito das presentes Condições Gerais são devidas as comissões e os encargos que constam do preçário do Caixa Angola (anexo), que estiver em vigor em cada momento, que se encontra à disposição do Titular em todas as Agências do Caixa Angola e no sítio de internet [www.caixaangola.ao](http://www.caixaangola.ao), informando-se o cliente dessa disponibilidade na data de celebração do presente contrato.

#### **Cláusula 25ª – Comunicações ao Titular e ao Utilizador**

1. Todas as comunicações e informações que, nos termos do presente contrato ou de disposição legal, o Caixa Angola tenha de prestar, por escrito, ao Titular e/ou ao utilizador, poderão ser prestadas:
  - a) Em suporte papel, através da disponibilização da correspondência dirigida ao Titular na Agência Bancária de domiciliação da conta;
  - b) Em suporte electrónico, através de envio de mensagem de correio electrónico dirigida ao Titular para o endereço de correio electrónico declarado pelo mesmo no momento da celebração do presente contrato ou em momento posterior, expressamente para esse efeito;
  - c) Através de outro meio de comunicação estipulado pelas Partes.
2. Considera-se realizada nos termos da alínea a) do número 1 da presente cláusula a informação que seja prestada ao Titular através de mensagem incluída no extracto que seja disponibilizado ao Titular em suporte papel.
3. O disposto no número 1 da presente cláusula não é aplicável no caso de informação relativamente à qual o presente contrato ou a lei preveja meio(s) concreto(s) para ser prestada ao Titular.
4. No caso do presente contrato ou a lei admitirem a prestação da informação em suporte papel ou noutro suporte duradouro, o Caixa Angola poderá utilizar um dos meios referidos nas alíneas a) e b) do número 1 da presente cláusula, salvo expressa solicitação do Titular, para que a informação seja prestada através de um desses meios em concreto.
5. Além da informação que o Caixa Angola tenha de prestar nos termos do presente contrato ou de disposição legal, o Caixa Angola poderá ainda comunicar com o Titular e/ou ao utilizador, por envio de correspondência em suporte papel, por mensagem de correio



electrónico, por telefone fixo ou móvel, ou através de outros meios acordados com o Titular, quando assim o entender relevante, nomeadamente por razões de segurança, bem como para divulgação dos produtos e serviços do Caixa Angola.

6. No caso de quaisquer comunicações por telefone entre as Partes, o Caixa Angola fica autorizado a proceder, sempre que o entenda conveniente, e mediante prévio aviso ao Titular e/ou ao utilizador, à gravação das chamadas telefónicas, constituindoos respectivos registos magnéticos meios de prova.
7. As comunicações previstas na presente cláusula serão realizadas pelo Caixa Angola em língua portuguesa, salvo estipulação escrita em contrário.

#### **Cláusula 26ª - Comunicações do Titular e do Utilizador**

1. Todas as comunicações e informações que, nos termos do presente contrato ou de disposição legal, o Titular e o utilizador tenham de prestar, por escrito, ao Caixa Angola, poderão ser prestadas:
  - a) Em suporte papel, através do envio de correspondência dirigida ao Caixa Angola;
  - b) Em suporte electrónico, através de envio de mensagem de correio electrónico dirigida ao Caixa Angola para o endereço de correio electrónico declarado pelo mesmo no momento da celebração do presente contrato ou em momento posterior, expressamente para esse efeito.
  - c) Através de outro meio de comunicação estipulado pelas Partes.

#### **Cláusula 27ª – Alteração das Condições Gerais**

1. O Caixa Angola poderá propor alterações às Condições Gerais do presente contrato através de comunicação escrita, em suporte papel ou noutro suporte duradouro, dirigida ao Titular.
2. A proposta de alteração das Condições Gerais será comunicada com uma antecedência mínima de 45 dias antes da data proposta para a sua entrada em vigor, considerando-se que o Titular aceitou as alterações propostas se não tiver comunicado, por escrito, ao Caixa Angola que não as aceita antes da data proposta para as mesmas entrarem em vigor.
3. A utilização do cartão após a data de entrada em vigor das alterações contratuais informadas de acordo com o número anterior constitui presunção de aceitação dessas alterações.
4. No caso do Titular não aceitar as alterações propostas, o Titular tem o direito de denunciar o presente contrato, com efeitos imediatos e sem encargos, antes da data proposta para a entrada em vigor das alterações.
5. Em caso de resolução do contrato por motivo de discordância com as alterações introduzidas nas presentes Condições Gerais, conforme disposto no número 2 da presente cláusula, o Titular tem o direito de reaver a anuidade paga, na parte proporcional ao período ainda não decorrido.
6. O disposto nos números 1 e 2 da presente cláusula não é aplicável no caso das taxas de câmbio, as quais podem ser aplicadas imediatamente e sem pré-aviso.

#### **Cláusula 28ª – Prazo e Cessação do Contrato**

1. O presente contrato é celebrado por tempo indeterminado, podendo ser resolvido, a todo o tempo, por qualquer das Partes. São fundamentos para a resolução imediata do contrato pelo Caixa Angola e cancelamento do cartão:
  - a) O incumprimento das obrigações assumidas pelo Titular nos termos das Condições Gerais de Utilização;
  - b) A declaração de falência, insolvência ou situação equivalente, do Titular do cartão;
  - c) A violação reiterada dos limites de utilização e/ou condições de pagamento pelo Titular do cartão;
  - d) A falsidade ou incorreções na informação prestada na proposta de adesão e respectivas actualizações;

- e) Quando o Titular, por negligência grave ou dolo, tenha provocado dano ao Caixa Angola.
2. Qualquer das Partes pode, a qualquer momento, pôr termo ao presente contrato.
3. A denúncia do presente contrato determina:
  - a) O cancelamento do cartão;
  - b) O cancelamento dos serviços associados ao cartão ou à conta cartão;
  - c) O vencimento antecipado de todas as dívidas emergentes da utilização do cartão e serviços associados, objecto do presente contrato, mantendo-se o Titular responsável pelo pagamento dessas dívidas, não obstante a denúncia do contrato.
4. No caso de denúncia do contrato pelo Caixa Angola, a mesma deverá ser realizada por comunicação escrita dirigida ao Titular, em suporte papel ou noutro suporte duradouro, com uma antecedência mínima de 45 dias em relação à data indicada para cessação do contrato, salvo se for invocada justa causa, decorrente designadamente de violação do presente contrato, caso em que a denúncia produzirá efeitos imediatos.
5. No caso de denúncia do contrato pelo Titular, a mesma deverá ser realizada por comunicação escrita dirigida ao Caixa Angola, em suporte papel ou noutro suporte duradouro, com uma antecedência de 45 dias em relação à data indicada para cessação do contrato.
6. A denúncia do contrato pelo Titular está isenta de encargos.
7. Na comunicação de denúncia do contrato por iniciativa do Titular, este deverá proceder à entrega imediata do cartão.
8. No caso do disposto no número 4 da mesma cláusula, o Titular tem o direito de reaver a anuidade paga, na parte proporcional ao período ainda não decorrido.

#### **Cláusula 29ª – Confidencialidade**

1. A relação do Caixa Angola com o Titular pauta-se pela observância de uma estrita confidencialidade e pelo cumprimento dos deveres que sobre si impendem, nomeadamente de não revelar ou utilizar informações sobre factos ou elementos respeitantes ao Titular, a não ser mediante autorização expressa do mesmo ou quando a lei obrigue.

#### **Cláusula 30ª – Dados Pessoais**

1. Os dados pessoais fornecidos pelo Titular e/ou pelo utilizador caso este seja uma entidade equiparada a pessoa colectiva que tenha por substrato uma pessoa singular, serão processados informaticamente, destinando-se ao uso exclusivo dos serviços do Caixa Angola.
2. Os dados poderão ser fornecidos a autoridades judiciais ou administrativas, nos casos em que tal cedência seja obrigatória.
3. O Caixa Angola fica autorizado a recolher informação adicional, ainda que por via indirecta, destinada a actualizar ou a complementar dados.
4. O Titular autoriza expressamente o Banco a proceder, nos termos da lei, ao armazenamento, tratamento ou não, comunicação e interconexão dos seus dados pessoais e elementos financeiros, quer os que lhe são voluntariamente fornecidos, quer outros que o Banco tenha legalmente obtido, destinando-se tais dados exclusivamente ao estabelecimento e manutenção das relações comerciais entre o Titular e o Banco ou sociedades que com o Banco estejam, directa ou indirectamente ligados, em relação de Domínio ou de Grupo, podendo os referidos dados ser facultados ao conhecimento e utilização dessas sociedades para os fins acima indicados.
5. Sempre que o solicite, o Titular e o utilizador poderão aceder às informações que lhes digam respeito, constantes das bases de dados, podendo solicitar a correcção, actualização e eliminação das mesmas, bem como a menção de informações adicionais.

#### **Cláusula 31ª – Reclamações**

1. Sem prejuízo do que se encontra legislado acerca do livro de reclamações, as reclamações do Titular e/ou utilizador, qualquer que seja o seu conteúdo ou objecto, podem ser apresentadas em qualquer Agência do Caixa Angola, ou através do sítio de internet

www.caixaangola.ao, podendo ainda ser dirigidas ao órgão de estrutura que, porventura, reconheçam como o mais adequado para o assunto.

2. O Caixa Angola assegura que todas as reclamações recebidas serão imediatamente encaminhadas e objecto de apreciação, decisão e comunicação ao Titular e/ou utilizador no mais curto prazo possível.
3. O prazo para a resposta é de 20 dias, o qual só será excedido quando a natureza da reclamação ou a maior complexidade de tratamento o impuserem.
4. Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, o Titular pode ainda apresentar directamente ao Banco Nacional de Angola reclamações fundadas no incumprimento do presente contrato e/ou da lei por parte do Caixa Angola.

#### **Cláusula 32ª – Branqueamento**

1. Nos termos da lei, o Caixa Angola poderá recusar ou suspender a execução de operação ordenada pelo Titular e/ou cancelar qualquer cartão atribuído, quando tenha conhecimento ou suspeita de que determinada operação ou a utilização do cartão pelo Titular, possa estar relacionada(o) com a prática dos crimes de branqueamento de capitais ou de financiamento do terrorismo, bem como quando o Titular não prestar a informação exigível nos termos da lei, nomeadamente, informação sobre a origem e destino dos fundos.

#### **Cláusula 33ª - Autoridade de Supervisão**

1. A actividade do Banco Caixa Geral Angola, está sujeita à supervisão do Banco Nacional de Angola, com sede em Luanda, na Avenida 4 de Fevereiro, n.º 151.

#### **Cláusula 34ª – Prevalência das Condições Particulares**

1. Em caso de divergência entre as presentes Condições Gerais e as Condições Particulares infra constantes do presente contrato, prevalecem as segundas.

#### **Cláusula 35ª - Lei Aplicável**

1. O presente contrato rege-se pelo direito angolano e para todas as questões referentes à sua interpretação, aplicação, validade ou incumprimento fica designado o Tribunal Provincial de Luanda, com expressa renúncia a qualquer outro.